

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO ANUAL 2023



SUMÁRIO

4 MENSAGEM DO CONSELHO

7 NOSSA COOPERATIVA

10 FOCO ESTRATÉGICO

16 ESTRUTURA DE ATENDIMENTO

24 FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

7 CONTEXTO SICOOB

7 PERFORMANCE EM 2023

14 TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

20 GOVERNANÇA CORPORATIVA

24 GESTÃO DE RISCO

25 COMPLIANCE E ÉTICA

26 AGRADECIMENTOS

34 NOTAS EXPLICATIVAS

88 PARECER DO CONSELHO FISCAL

25 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DA COOPERATIVA

27 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

84 PARECER DA AUDITORIA

90 CANAIS DE RELACIONAMENTO E LINKS UTÍIS

BEM-VINDOS COOPERADOS E COMUNIDADE

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023 da cooperativa financeira SICOOB (CREDIEMBRAPA).

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro. Boa leitura!

Inicialmente queremos informar que os resultados ultrapassaram as expectativas e, temos certeza de que, diante do cenário que tínhamos ao final de 2022, eles deverão agradar a todos que tomarem conhecimento deste relatório.

Diante de um cenário muito restritivo para 2023, a Cooperativa, por meio do seu Conselho de Administração e de sua Diretoria, adotou medidas prudenciais importantes para controle do gasto e aumento das receitas. Com isso, os resultados negativos do primeiro semestre foram suplantados pelos resultados positivos no segundo semestre, trazendo o balanço final para um dos melhores resultados obtidos pós advento da pandemia, como serão apresentados neste relatório. Tínhamos um cenário bem controverso ao começar o ano. Muitos países tiveram dificuldades no que diz respeito à recuperação econômica após os desafios impostos pela pandemia de COVID-19, principalmente no tocante a estabilização dos mercados e na implementação de incentivos ao crescimento. Em várias economias, o combate à inflação tem sido tema central, com os bancos centrais ajustando suas políticas monetárias para estabilizar os preços.

o desempenho da economia brasileira em 2023 foi marcado por crescimento considerável. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil terminou 2023 como a 9ª maior economia do mundo, destacando-se entre as economias de maior impacto global. Contribuíram para este crescimento a valorização da moeda brasileira e o bom desempenho de alguns setores da economia, particularmente o agronegócio, que representou cerca de 24,4% do PIB do país.

Em termos de números, o PIB brasileiro cresceu aproximadamente 2,85% em 2023, um pouco menos do que a previsão inicial de 3% feita pelo governo, mas ainda acima da média de crescimento de 2,2% observada entre 2021 e 2022. A inflação, outro indicador crucial, fechou o ano em torno de 4,66%, dentro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Além disso, houve redução na taxa Selic para 11,75% ao ano, o que sinaliza acesso mais facilitado ao crédito.

Olhando para 2024, as perspectivas para a economia brasileira são positivas. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) projeta crescimento do PIB de cerca de 2%. Espera-se que a geração de empregos e os investimentos sejam os principais impulsionadores desse crescimento.

De acordo com o relatório da ONU sobre a situação econômica mundial e as perspectivas para 2024, a economia brasileira deve desacelerar em 2024 em relação ao crescimento esperado para 2023. A projeção é de que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil desacelere para 1,6% em 2024, devido aos impactos prolongados das taxas de juros mais altas e da queda da demanda externa. Para efeito de comparação, a média de crescimento do PIB ao redor do mundo aguardada para 2024 é de 2,4%.



Diante de um cenário muito restritivo para 2023, a Cooperativa, por meio do seu Conselho de Administração e de sua Diretoria, adotou medidas prudenciais importantes para controle do gasto e para o aumento das receitas. Com isso, os resultados negativos do primeiro semestre foram suplantados pelos resultados positivos obtidos no segundo, resultando em um balanço final que representa um dos melhores resultados obtidos pós advento da pandemia, como será apresentado neste relatório.

Ao completar 27 anos de existência em 2023, nossa Cooperativa entra numa fase de maturidade econômica e social, voltada para seu quadro social, dirigentes, empregados e parceiros. O momento é de se iniciarem novos projetos fundamentados em resultados com foco no desenvolvimento sustentável e duradouro.

Ao finalizar, queremos agradecer a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o alcance desses resultados, especialmente à Diretoria Executiva, ao corpo de empregados, aos órgãos de fiscalização e controle e aos associados, propósito de nossa existência e

para os quais somos incansáveis na promoção de soluções inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

Agradecemos a confiança e o apoio dos associados, bem como o esforço e o primoroso trabalho dos nossos colaboradores e Delegados, que contribuíram, de forma incansável, para que as realizações e os resultados de 2023 chegassem a contento. Essa rede de relações nos motiva e nos impulsiona a buscar, continuamente, superar as expectativas e obter avanços cada vez mais consistentes. Não podemos deixar de registrar os agradecimentos aos Conselheiros Fiscais que dedicaram longas horas de trabalho ao acompanhamento dos atos de gestão e dos resultados ao longo do ano. Tão pouco podemos ignorar o apoio recebido da equipe do Sicoob Nova Central e da CNAC que, ao longo de todo exercício nos apoiou e contribuiu sobremaneira para que esses resultados pudessem ser alcançados. A todos, os nossos agradecimentos

**Conselho
de Administração**



1 - CONTEXTO SICOOB

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

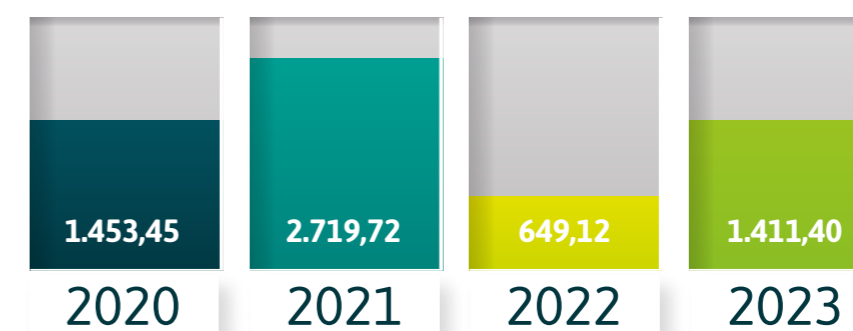
2 - NOSSA COOPERATIVA

O SICOOB (CREDIEMBRAPE) é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

3 - PERFORMANCE EM 2023

A Cooperativa apresentou, em 2023, bons resultados, os melhores que poderíamos alcançar pós-pandemia. As sobras líquidas, inclusive dos atos não cooperativos, foram de R\$1,411 milhões (um milhão, quatrocentos e onze mil reais), antes da destinação específica para os fundos estatutários. Um crescimento de quase 120% em relação ao ano anterior.

SOBRAS LÍQUIDAS em mil Reais



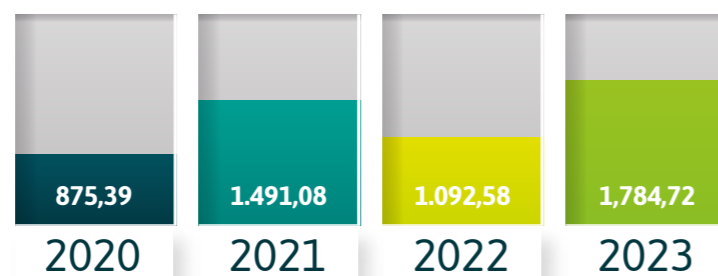
**Destques
de 2023**



JUROS AO CAPITAL

De acordo com a Lei Complementar nº 130, de 17/04/2009, o capital social dos associados pode ser remunerado no máximo pela variação anual da taxa básica de juros da economia (SELIC), determinada pelo Conselho de Política Monetária (COPOM). Os juros ao capital foram creditados na conta capital de cada associado em 31/12/2023. Em valores, o pagamento total de juros foi de R\$1,78 milhões. O maior valor já registrado na Cooperativa.

JUROS AO CAPITAL em mil Reais



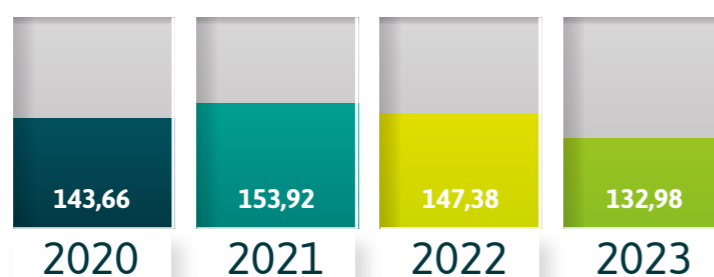
CRÉDITO E CAPTAÇÃO

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 83,13% nos níveis de "AA" a "C".

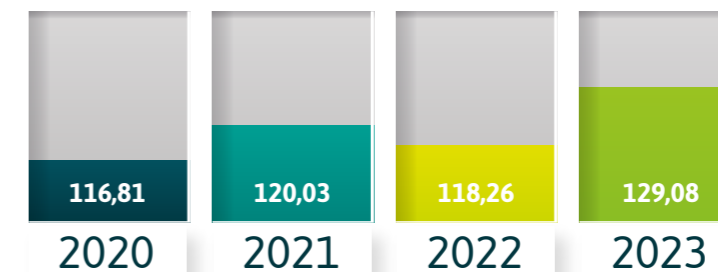
A carteira de crédito apresentou redução de mais de 9% em relação ao ano anterior, alcançando o valor de R\$132,98 milhões em 31/12/2023. A maior parte das operações (78%) foi para as pessoas físicas, enquanto apenas 21% foram para as pessoas jurídicas. Para os produtores rurais, apenas 1% das operações. As provisões da carteira para crédito de liquidação duvidosa reduziram de 9,23% da carteira, em 2022, para 8,11% em 2023.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO em milhões de Reais



Quanto à captação, o valor dos depósitos totais foi de R\$129 milhões, no final do ano, um crescimento de mais de 9% em relação ao ano anterior.

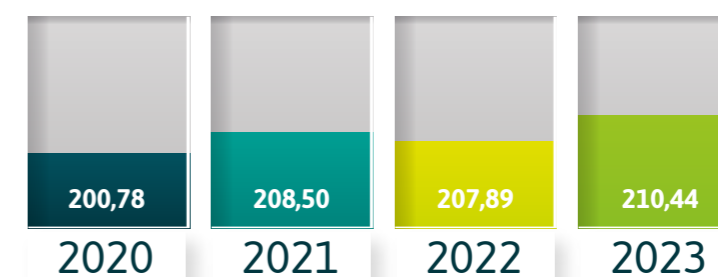
DEPÓSITOS em milhões de Reais



ATIVOS TOTAIS

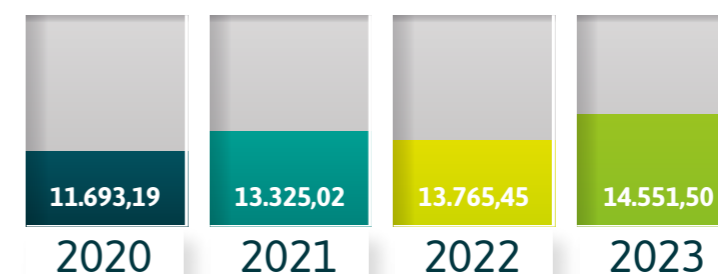
Nossos ativos também cresceram, passaram de R\$207,9 milhões de reais em 2022, para R\$210,4 milhões de reais em 2023.

ATIVOS TOTAIS em milhões de Reais



A partir de 2021, o Estatuto Social estabeleceu que 60% das sobras serão destinadas à formação das Reservas Legais. Dessa forma, essas passaram de R\$13,8 milhões ao final de 2022, para R\$14,6 milhões em dezembro de 2023, uma variação de 6,2%. Nos últimos 4 anos as Reservas Legais cresceram 25%.

RESERVAS LEGAIS em mil Reais



4

Foco Estratégico

4 - FOCO ESTRATÉGICO

O foco estratégico é essencial para o sucesso de uma empresa, pois orienta a alocação de recursos, a tomada de decisões e a definição de objetivos. As empresas devem manter um foco estratégico em áreas-chave como:

Visão e Missão Claras:

- A visão é uma declaração inspiradora de onde a empresa deseja estar no futuro.
- Nossa Visão: Proporcionar a melhor experiência financeira aos nossos Cooperados.
- A missão descreve o propósito da empresa e o que ela se propõe a fazer no presente.
- Propósito: Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.
- Ambas orientam as decisões estratégicas e ajudam a alinhar os objetivos da organização.

Compreensão do Mercado:

- Análise detalhada do mercado para entender as necessidades dos clientes e as tendências emergentes.
- Monitoramento contínuo da concorrência para identificar oportunidades e ameaças. Tarefa complicada quando essa mesma concorrência tem muito mais recursos financeiros para investir.
- Adaptação da estratégia de produto e marketing com base nessa compreensão.

Inovação e Adaptação:

- Cultivar uma cultura de inovação, incentivando novas ideias e abordagens é essencial para mantermos o protagonismo que sempre orientou nossas decisões estratégicas ao longo dos anos.
- Adaptar-se rapidamente a mudanças tecnológicas e de mercado é necessário como forma de manter a competitividade num mercado com, cada vez mais, novas fintechs que concorrem diretamente com as instituições financeiras estabelecidas.
- Investir em pesquisa e desenvolvimento para criar produtos ou serviços inovadores é fundamental, se quisermos nos manter atuantes nesse mercado altamente competitivo.



Sustentabilidade e Responsabilidade Social:

- Adotar práticas de negócios sustentáveis para minimizar o impacto ambiental. Atualmente isso não é suficiente. É preciso olhar, também, o que os associados estão fazendo com os recursos que emprestamos para eles.
- Envolver-se em atividades de responsabilidade social corporativa para melhorar a comunidade. Isso é dever de todos. Não podemos ficar esperando pelo Estado.
- Incorporar considerações éticas em todas as operações. Não se pode, nunca, abrir mão da ética em tudo que fazemos.

5 - CONTAS DIGITAIS

Outro ponto importante, é o crescimento da abertura de contas digitais. Esse número vem crescendo de ano para ano. Em 2023, 53% dos novos associados tiveram sua adesão por meio de canais digitais. Mas o maior desafio será tornar esses associados em cooperativistas e, não somente, meros usuários de serviços financeiros.

6 - SUSTENTABILIDADE

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob. Todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

Sustentabilidade é um conceito amplo que engloba várias práticas e princípios voltados para o uso responsável dos recursos naturais, garantindo a viabilidade e saúde do meio ambiente, da sociedade e da economia a longo prazo.

Conceitos

- **Desenvolvimento Sustentável:** Atender às necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades.
- **Equilíbrio Ecológico:** Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas.
- **Responsabilidade Social:** Compromisso com as comunidades, garantindo justiça social e melhoria da qualidade de vida.
- **Viabilidade Econômica:** Modelos de negócios que são economicamente viáveis, mas também social e ambientalmente responsáveis.

Exemplos

- **Energias Renováveis:** Como a solar e eólica, que reduzem a dependência de combustíveis fósseis.
- **Agricultura Sustentável:** Práticas agrícolas que respeitam a terra e conservam recursos hídricos.
- **Construções Verdes:** Edificações projetadas para minimizar o impacto ambiental.
- **Mobilidade Sustentável:** Transporte com baixa emissão de carbono, como bicicletas e veículos elétricos.

Aplicações no Setor Financeiro

- **Investimentos Sustentáveis:** Investir em empresas ou projetos comprometidos com práticas sustentáveis.
- **Produtos e Serviços Verdes:** Ofertas de produtos financeiros que incentivam a sustentabilidade.
- A sustentabilidade é uma parte crucial da estratégia de longo prazo de empresas e governos, pois reconhece a interdependência entre o meio ambiente, a sociedade e a economia.
- A Política de Responsabilidade Social Ambiental e Climática foi definitivamente implementada e uma avaliação a respeito do impacto do crédito, passou a ser exigida em todas as operações aprovadas pela Cooperativa, para todos associados.

7 - GERAÇÃO DE VALOR

A inadimplência de 90 dias reduziu para 3,37% da carteira, comparado com 4,0% em 2022. A inadimplência reduziu para as pessoas físicas, passando de 4,05%, para 3,12% em 2023, mas aumentou para as pessoas jurídicas, passando de 3,9%, em 2022, para 5,14%, em 2023.

O Índice de Eficiência Padrão apresentou uma pequena redução, em termos percentuais, passando de 69,26 em 2022, para 65,72, em 2023. Já o IEP ajustado ao risco, passou, em termos percentuais, de 87,68, em 2022, para 82,23, em 2023. A redução desses índices representa uma melhoria nas variáveis críticas, como receitas, despesas e provisionamento.

Os principais indicadores regulamentares se mantiveram inalterados em 2023, a saber: Índice de Basiléia, 14,5%; Patrimônio de Referência, R\$20,2 milhões e o grau de imobilização, 25,1%. O patrimônio líquido fechou o ano em R\$49,4 milhões, no final do exercício. Uma pequena redução de 0,4% em relação a 2022. Nos últimos 4 anos, o crescimento do Patrimônio Líquido foi de 10%.

A Cooperativa incentiva uma política de capitalização contínua por parte de seus associados. Essa política garante o cumprimento de regras do Banco Central do Brasil em consonância com o disposto no Acordo de Basiléia III. Em 31/12/2023, o capital social alcançou o valor de R\$36,9 milhões, um acréscimo de 7,6% em relação aos R\$34,3 milhões alcançado em 2022. O crescimento do capital social nos últimos 4 anos foi da ordem de 10%.

8

8 - TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Tecnologia e inovação são conceitos fundamentais no desenvolvimento e progresso de qualquer setor, incluindo o financeiro.

Tecnologia refere-se ao conjunto de conhecimentos, habilidades, métodos e processos usados na criação de bens ou serviços ou na realização de objetivos, como a investigação científica. A tecnologia pode ser o conhecimento de técnicas, processos e, muitas vezes, incorporada em máquinas ou dispositivos.

Inovação, por outro lado, é o processo de implementar novas ideias, métodos ou dispositivos. A inovação não é apenas a invenção de uma nova ideia ou produto, mas também a sua aplicação prática e introdução no mercado ou uso em novos procedimentos ou processos. A inovação pode levar a melhorias significativas em produtos ou processos existentes e é essencial para o crescimento e competitividade de qualquer indústria.

A Cooperativa continua a fazer altos investimento em tecnologia e inovação para atender seus associados. As soluções de atendimento remoto continuam a ser priorizadas, pois entende-se que este é o caminho preferido de grande parte dos associados. As plataformas locais estão sendo modernizadas e novos sítios tecnológicos encontram-se em plena construção.

Nossas agências já atendem em horário diferenciado do sistema bancário, a partir das 10h da manhã. E na Agência Virtual, o atendimento começa às 8h e termina às 20h. O desafio é implantar uma nova estrutura de atendimento até às 22h, de segunda a sexta-feira. Espera-se, dessa forma, atender os associados em horário ampliado, fora da agência.

9 - ASSOCIADOS

O quadro associativo da Cooperativa apresentou uma pequena redução de 3,8% em 2023, fechando o ano com 10.988 associados. Essa redução foi causada pela eliminação de contas inativas por desinteresse comercial. A Cooperativa prioriza o crescimento qualitativo de seu quadro social.

Tecnologia e Inovação



10

Estrutura de Atendimento

10 - ESTRUTURA DE ATENDIMENTO

- **Agência Digital - PA 00**

Marília Cunha Rodrigues - Gerente
 Ana Caroliny Araújo da Silva
 Edmilla Pereira Machado - Gerente de Contas
 Rayssa Ribeiro Amâncio - Gerente de Contas

- **Agência Embrapa - PA 01**

Samia Khalil Abder de Carvalho Rahman - Gerente
 Rafaela Rodrigues Pereira - Gerente de Relacionamento
 Alessandra Silva de Brito

- **Agência 116 Norte - PA 02**

Karoline Pontes Pereira - Gerente
 Alex Lourenço Farias - Gerente de Contas
 Aline Athayde da Silva Buriel - Gerente de Contas
 João Victor Silva de Oliveira
 Maria Aparecida Meireles Vieira - Gerente de Contas

- **Agência Alexânia - PA 04**

Janaina Leite de Paiva - Gerente
 Crislaine Alves Rabelo - Gerente de Relacionamento
 Eduarda da Rocha Cabral
 Rayane dos Santos Oliveira
 Yasmin Sthefane Nogueira Silva

- **Agência Digital - PA 97**

Gabriela Matos de Sousa - Gerente de Contas
 Adriana de Sousa Nunes Valadão
 Wesleyne Gonçalo de Andrade

UNIDADE ADMINISTRATIVA - UAD

- **Assessoria de Comunicação**

Alisson Carvalho de Matos - Supervisor
 Kamilla Reis Amorim



- **Setor de Atendimento ao Cooperado (Agência Virtual)**

Maria Rosânia da Conceição Silva – Supervisora
Ana Paula Rodrigues de farias
Elizabeth Maria Malveira de Oliveira
Fabiana Fernandes Oliveira
Filipe Dourado dos Reis
Francisca Leidiane Galvão de Araújo Mendes
Francisca Luana Nogueira Pinheiro
Gabriel Amoras de Moraes Medeiros Vale da Costa
Ludmylla de Sousa Leal
Luís Fernando Ferreira da Silva
Sam Jeff Carvalho Ramos
Saulo Rafael Barbosa de Sales
Thaise de Araújo Gomes

- **Setor de Crédito**

Jovânia de Castro Magalhães – Supervisora
Ramon Rodrigues de Oliveira Rocha – Supervisor
Yane Oliveira Costa – Supervisora
Karine Rodrigues Carvalho
Keylla Ramos Dias
Letícia Hellen Silva Santos
Rodrigo Figueiredo da Silva

- **Setor de Recuperação de Crédito**

Adriana Régila Fernandes de Andrade Muniz – Supervisora
Regilene Nery da Cruz
Shellen Araújo Varela da Costa
Yuri Bezerra de Abreu

- **Setor de Documentação e Cadastro – SDC**

Gabrielle Oliveira de Oliveira – Supervisora
Girlene Alves Pereira dos Santos Nascimento
João Victor Cardoso dos Santos
Leonardo Moreira Braga – Jovem Aprendiz
Sueli Costa Silva Campos

- **Setor Financeiro – SEFIN**

Alison Miller Lacerda Nunes – Supervisor
Flávia Gonçalves de Miranda Andrade
Marcelo Carvalho Trindade Aguiar
Márcio de Sousa Lima
Vanilça Lúcia de Souza

- **Setor de Gestão de Pessoas**

Kely Marinho de Abreu

- **Setor de Pagamentos, Patrimônio e Logística**

Kalliane Souza dos Anjos – Supervisora
Lindoal Barbosa de Santana

- **Setor de Qualidade e Compliance**

Ana Cecília de Oliveira Magalhães Silva - Supervisora
Marina Marce Barbosa

- **Setor de Tecnologia da Informação**

Eduardo Araújo da Silva - Supervisor
Matheus Nascimento de Oliveira

11 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada delegado, que representam os associados, tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Direção estratégica - O Conselho de Administração reúne-se mensalmente com vistas ao cumprimento de suas atribuições e responsabilidades estatutárias. Essas reuniões favorecem o pleno exercício da direção estratégica da Cooperativa. A Cooperativa mantém, desde 2009, total segregação entre os poderes do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. Tanto os Conselheiros de Administração, como a Diretoria Executiva foram eleitos na AGO/2020, para cumprirem um mandato de 4 anos.

Gestão executiva - A Diretoria Executiva trabalha sob a égide do código de ética do Sicoob buscando sempre o pleno atendimento das necessidades dos cooperados. Ela tem como foco de sua atuação as operações de crédito e de assistência financeira aos associados. Preza pela correta execução das políticas de qualidade, de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo e de gerenciamento de riscos. Cuida da política de comunicação e marketing. Exerce, enfim, todas as atribuições delegadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Os Conselheiros Fiscais foram eleitos na AGO/2022 para cumprirem um mandato de 3 anos. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um ponto focal de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB NOVA CENTRAL e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

11

Governança Corporativa



Os principais elementos da governança corporativa incluem:

- Estrutura de Administração:** Define claramente os papéis e responsabilidades da Diretoria e do Conselho de Administração. Inclui a segregação de funções para evitar conflitos de interesse e garantir que as decisões sejam tomadas no melhor interesse da organização.
- Transparência:** Envolve a divulgação aberta e honesta de informações financeiras e operacionais. Isso permite que stakeholders, incluindo associados, funcionários e clientes, tomem decisões informadas sobre a empresa.
- Controles Internos:** Sistemas e procedimentos projetados para proteger os ativos da empresa, prevenir fraudes e erros, assegurar a precisão e a confiabilidade dos registros financeiros, e promover a eficiência operacional.
- Responsabilidade Corporativa:** Refere-se à responsabilidade da organização em conduzir suas atividades de forma ética, respeitando a sociedade, o meio ambiente e a lei. Isso pode incluir iniciativas de sustentabilidade, responsabilidade social corporativa e adesão a práticas éticas de negócios.
- Direitos e Equidade dos Membros:** Garante que todos os membros ou associados tenham direitos iguais e justos dentro da organização. Isso pode incluir direitos de voto, distribuição equitativa de resultados e acesso justo a informações relevantes.

Esses elementos trabalham juntos para criar um sistema em que a organização seja gerida de forma eficiente, transparente e responsável, contribuindo para a confiança e credibilidade perante todas as partes interessadas.

A governança corporativa eficaz é crucial para o sucesso e a sustentabilidade de longo prazo de uma cooperativa de crédito, ajudando a estabelecer a confiança e o respeito tanto no mercado quanto na comunidade.

Representação e participação dos associados – Na Cooperativa os associados são representados por 28 (vinte e oito) delegados eleitos em assembleia geral do grupo seccional a que se vinculam.

- Conselho de Administração

Carlos Henrique Simões Ayres – Presidente

Marcos Carlos – Vice-Presidente

Almir Felipe dos Santos

Glocimar Pereira da Silva

Jairo Vidal Vieira

Júlio José Modtkowski

Kepler Euclides Filho

Ruy Rezende Fontes

- Conselho Fiscal

Susy Darlen – Coordenadora

Cleuber Oliveira – Conselheiro Efetivo

Luiz Antônio Teston – Conselheiro Efetivo

Gisseli Trompieri – Conselheira Suplente

Waldir Marques Giusti – Conselheiro Suplente

Diretoria Executiva

Sílvia Regina Alves da Silva – Diretora-Presidente

Rosilene Pontes Lima – Diretora Administrativa-Financeira

DELEGADOS EFETIVOS

Adalberto Azevedo Barbosa - **AP - Embrapa Amapá**

Antônio Alves Cardoso - **PI - Embrapa Meio Norte - Parnaíba**

Antônio Evandro Ferreira Lima Junior - **CE - Embrapa Caprinos e Ovinos**

Carlos Antônio da Silva - **PE - Embrapa Semiárido**

Carmelita do Espírito Santo - **RJ - Embrapa Agrobiologia / Agroind. de Alimentos**

Edmar Vieira - **GO - Embrapa Arroz e Feijão**

Eliane Maria de Oliveira - **PB - Embrapa Algodão**

Emídio Casagrande - **PR - Embrapa Soja**

Evelinne Maria B. de Araújo C. Feitoza - **CE - Embrapa Agroindústria Tropical**

Fabrcio Eudo dos Santos - **PA - Embrapa Amazônia Oriental**

Joel Sebastião Lamóglia - **SE - Embrapa Tabuleiros Costeiros**

José Américo Bordini do Amaral - **DF - Embrapa Sede**

José Reinaldo Alves Borges - **BR - Aposentados**

Maria Aparecida Viegas Martins - **MS - Embrapa Agropecuária Oeste**

Maria das Graças de Pinho - **DF - Embrapa Hortaliças**

Maria Marluvia Lemos - **RO - Embrapa Rondônia**

Marnine Lima de Aguiar - **AM - Embrapa Amazônia Ocidental**

Miguel Ageu de Faria Gonçalves - **MS - Embrapa Pantanal**

Nizael Francislei Rosa - **SP - Embrapa São Carlos**

Quintino Izídio dos Santos - **MS - Embrapa Gado de Corte**

Telmo Luiz de Araújo - **RS - Embrapa Clima Temperado**

Tiago de Freitas Borges - **DF - PA02 - 116 NORTE**

Ulisses Rogério Mendes - **SP - Embrapa Jaguariúna / Campinas**

Vera Lucia Maria dos Santos - **PI - Embrapa Meio-Norte**

DELEGADOS SUPLENTE

Adalberto Pinheiro Nery - **PA - Embrapa Amazônia Oriental**

Alexandre Rita da Conceição - **SP - Embrapa Jaguariúna / Campinas**

Antônio Argemiro Bastos Varjão - **AM - Embrapa Amazônia Ocidental**

Antônio Carlos Morasco - **SP - Embrapa São Carlos**

Antônio Filomeno Rodrigues - **CE - Embrapa Caprinos**

Antônio Lúcio Gomes de Souza - **RJ - Embrapa Agrobiologia / Agroind. de Alimentos**

Arnaldo Santos Rodrigues - **SE - Embrapa Tab. Costeiros**

Edmilson de Moura Dantas Junior - **PE - Embrapa Semiárido**

Hildeberto Valle Petzold - **MS - Embrapa Pantanal**

Jordanna Maria B. de Araújo C. Feitoza - **CE - Embrapa Agroindústria Tropical**

José Luiz de Paiva Silva - **RS - Embrapa Clima Temperado**

Leandro Fernandes Damasceno - **AP - Embrapa Amapá**

Luzia Feitosa de Oliveira - **RO - Embrapa Rondônia**

Maria Solange Martins - **MS - Embrapa Gado de Corte**

Martha Rita Fernandes Ventura - **MS - Embrapa Agropecuária Oeste**

Qfrance de Lira Brito - **PB - Embrapa Algodão**

Samuel Silva da Mata - **BR - Aposentados**

Shirlene Moraes Rodopoulos - **DF - PA02- 116 NORTE**

Valdomiro Pereira da Silva Farias - **GO - Embrapa Arroz e Feijão**



12 - SISTEMA DE OUVIDORIA

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2023, o SICOOB (CREDIEMBRAPA) registrou o total de 59 (cinquenta e nove) manifestações. Das reclamações, 9 (nove) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

13 - FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

14 - GESTÃO DE RISCO

A gestão de riscos é um processo essencial em qualquer organização, incluindo cooperativas de crédito. Ela envolve a identificação, avaliação e priorização de riscos seguida pela coordenação e aplicação de recursos para minimizar, controlar ou eliminar o impacto desses riscos. Os principais aspectos da gestão de riscos incluem:

- Identificação de Riscos:** Reconhecer os riscos potenciais que podem afetar a organização, sejam eles financeiros, operacionais, legais, de mercado, de crédito, cibernéticos ou de outros tipos.
- Avaliação e Priorização:** Avaliar a probabilidade e o impacto potencial de cada risco identificado, priorizando-os com base em sua severidade.
- Mitigação e Resposta:** Desenvolver estratégias para mitigar os riscos identificados, que podem incluir transferência de risco (por exemplo, através de seguros), evitação, redução ou aceitação.
- Monitoramento e Revisão:** Monitorar continuamente o ambiente de risco e revisar as estratégias de gestão de riscos para garantir que sejam eficazes e atualizadas com as mudanças nas condições internas e externas.

A gestão eficaz de riscos ajuda a garantir a estabilidade e a sustentabilidade financeira da cooperativa, protegendo seus ativos e membros.

15 - COMPLIANCE E ÉTICA

Compliance refere-se ao cumprimento de leis, regulamentações, normas e códigos éticos aplicáveis a uma organização. É um esforço para garantir que a empresa e seus funcionários sigam as regras estabelecidas. Envolve a criação de políticas internas, treinamentos e sistemas para garantir a conformidade. Inclui também mecanismos de monitoramento e auditoria para identificar e corrigir desvios ou inconformidades. A implantação de uma Política de Compliance, ajuda a evitar penalidades legais, protege a reputação da organização e promove um ambiente de negócios saudável e ético.

Ética é um conjunto de princípios e valores que orientam o comportamento individual e corporativo. Envolve a tomada de decisões com base no que é considerado moralmente correto e justo. A ética empresarial é crucial para construir confiança com stakeholders, incluindo clientes, funcionários e a comunidade. Uma cultura ética robusta contribui para um ambiente de trabalho positivo e pode melhorar a performance da organização. Os desafios incluem gerenciar conflitos de interesse, garantir a integridade nas operações e manter a transparência nas práticas de negócios.

A integração de compliance e ética nas operações e estratégias de uma cooperativa de crédito é essencial para garantir não apenas a adesão às regulamentações, mas também para cultivar uma cultura organizacional baseada na integridade e no respeito mútuo.

16 - DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DA COOPERATIVA

Data-base: 31 de dezembro de 2023.

Unidade de Apresentação: reais

Resultados Financeiros do Período	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Sobras ou Perdas do Exercício antes do Juros ao Capital	83,92%	3.203.327,83	1.741.705,44

Número de cooperados	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
TOTAL	-3,79%	10.993	11.426

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Carteira Comercial	-9,16%	132.985.620,26	146.401.987,41

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de 10,14% da carteira, no montante de R\$ 13.593.347,47.



CAPTAÇÕES	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à vista	-7,53%	23.664.363,00	25.591.896,02
Depósitos sob aviso	-29,94%	29.407,23	41.976,90
Depósitos a prazo	13,23%	104.876.703,04	92.626.202,99
LCI	-	789.001,55	-
TOTAL	9,39%	129.359.474,82	118.260.075,91

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de 36,57% da captação, no montante de R\$ 45.885.123,86.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
TOTAL	20,97%	24 539 750,04	20 285 237,66

17 - AGRADECIMENTOS

Agradecemos a confiança e o apoio dos associados, bem como o esforço e o primoroso trabalho dos nossos colaboradores e Delegados, que contribuíram, de forma incansável, para que as realizações e os resultados de 2023 chegassem a contento. Essa rede de relações nos motiva e nos impulsiona a buscar, continuamente, superar as expectativas e obter avanços cada vez mais consistentes. Não podemos deixar de registrar os agradecimentos aos Conselheiros Fiscais que dedicaram longas horas de trabalho ao acompanhamento dos atos de gestão e dos resultados ao longo do ano. Tão pouco podemos ignorar o apoio recebido da equipe do Sicoob Nova Central e da CNAC que, ao longo de todo exercício nos apoiou e contribuiu sobremaneira para que esses resultados pudessem ser alcançados. A todos, os nossos agradecimentos.

Brasília, 23 de fevereiro de 2024
Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Demonstrações Contábeis

18



BALANÇOS PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO	210.440.017,76	207.893.964,36
DISPONIBILIDADES	1.006.114,92	1.500.751,40
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	213.468.885,73	212.636.246,02
Títulos e Valores Mobiliários	32.422.302,22	28.663.600,74
Relações Interfinanceiras	46.615.578,68	36.012.810,19
Centralização Financeira	46.615.578,68	36.012.810,19
Operações de Crédito	132.985.620,26	146.401.987,41
Outros Ativos Financeiros	1.445.384,57	1.557.847,68
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(10.836.415,93)	(13.601.422,65)
(-) Operações de Crédito	(10.416.328,01)	(12.753.122,94)
(-) Outras	(420.087,92)	(848.299,71)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	69.936,82	12.606,52
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	69.936,82	12.606,52
OUTROS ATIVOS	1.894.831,21	2.260.286,45
Outros ativos	1.894.831,21	2.260.286,45
IMOBILIZADO DE USO	9.901.338,94	9.604.764,66
Imobilizado de Uso	9.901.338,94	9.604.764,66
INTANGÍVEL	194.590,58	176.190,58
Intangível	194.590,58	176.190,58
(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(5.259.264,51)	(4.695.458,62)
(-) Depreciações e Amortizações	(5.259.264,51)	(4.695.458,62)
TOTAL DO ATIVO	210.440.017,76	207.893.964,36

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	210.440.017,76	207.893.964,36
DEPÓSITOS	128.570.473,27	118.260.075,91
Depósitos à Vista	23.664.363,00	25.591.896,02
Depósitos Sob Aviso	29.407,23	41.976,90
Depósitos a Prazo	104.876.703,04	92.626.202,99
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	24.403.706,80	33.206.341,36
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	789.001,55	-
Relações Interfinanceiras	321.191,00	1.651.561,06
Repasse Interfinanceiros	321.191,00	1.651.561,06
Obrigações por Empréstimos e Repasses	23.220.911,01	31.494.936,82
Outros Passivos Financeiros	72.603,24	59.843,48
PROVISÕES	653.554,59	530.438,71
Provisões	653.554,59	530.438,71
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	249.684,09	319.792,05
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	249.684,09	319.792,05
OUTROS PASSIVOS	4.239.364,22	7.003.851,09
Outros Passivos	4.239.364,22	7.003.851,09
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52.323.234,79	48.573.465,24
CAPITAL SOCIAL	36.905.293,77	34.307.164,17
Capital Social	36.905.293,77	34.307.164,17
RESERVAS DE SOBRAS	14.551.507,99	13.765.449,96
Reserva de Sobras	14.551.507,99	13.765.449,96
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	866.433,03	500.851,11
Sobras ou Perdas Acumuladas	866.433,03	500.851,11
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	210.440.017,76	207.893.964,36

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

DESCRIÇÃO	2 ° Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.876.560,87	33.537.956,83	31.308.934,67
Operações de Crédito	14.001.184,83	27.869.612,37	27.197.847,50
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.875.376,04	5.663.003,59	4.111.087,17
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	-	5.340,87	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(10.228.350,39)	(21.597.034,20)	(20.232.956,66)
Operações de Captação no Mercado	(6.531.352,42)	(13.315.004,68)	(10.945.623,60)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.446.100,03)	(3.394.876,70)	(3.761.592,09)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(2.250.897,94)	(4.887.152,82)	(5.525.740,97)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.648.210,48	11.940.922,63	11.075.978,01
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.125.615,62)	(8.692.499,22)	(9.157.436,51)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.367.837,46	2.440.631,06	1.871.918,73
Rendas de Tarifas	296.395,40	654.607,49	741.591,80
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(4.296.371,02)	(8.800.227,96)	(9.492.153,58)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(2.800.281,29)	(6.275.265,77)	(7.489.364,77)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(53.656,42)	(110.815,40)	(173.660,07)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	4.472.500,04	5.235.071,38	6.455.665,90
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(1.112.039,79)	(1.836.500,02)	(1.071.434,52)
PROVISÕES	(123.875,57)	(123.115,88)	(37.586,74)
Provisões/Reversões para Contingências	-	96.186,78	(23.150,62)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(123.875,57)	(219.302,66)	(14.436,12)
RESULTADO OPERACIONAL	4.398.719,29	3.125.307,53	1.880.954,76
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	(542,86)	78.020,30	(11.432,08)
Outras Receitas e Despesas	(542,86)	78.020,30	(11.432,08)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	4.398.176,43	3.203.327,83	1.869.522,68
Sobras ou perdas antes da tributação e participações	4.398.176,43	3.203.327,83	1.869.522,68
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	46.361,79	-	(127.817,24)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados	27.558,98	-	(73.509,24)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados	18.802,81	-	(54.308,00)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES	4.444.538,22	3.203.327,83	1.741.705,44

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DESCRIÇÃO	2 ° Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	4.444.538,22	3.203.327,83	1.741.705,44
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	4.444.538,22	3.203.327,83	1.741.705,44

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2023	36.824.284,63	(1.664.087,15)	13.264.455,74	60.567,81	1.143.453,36	49.628.674,39
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	(443.453,36)	(443.453,36)
Distribuição de sobras para associados	688.365,80	0,00	0,00	0,00	(700.000,00)	(11.634,20)
Outros Eventos/Reservas	0,00	0,00	50.952,83	0,00	0,00	50.952,83
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	3.115.600,13	(224.321,94)	0,00	0,00	0,00	2.891.278,19
Por Devolução (-)	(5.505.052,04)	0,00	0,00	0,00	0,00	(5.505.052,04)
Estorno de Capital	(2.050,09)	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.050,09)
Reversão/Realização de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	273.658,18	273.658,18
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	1.741.705,44	1.741.705,44
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.092.582,80)	(1.092.582,80)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.074.424,83	0,00	0,00	0,00	0,00	1.074.424,83
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	389.473,58	0,00	(389.473,58)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(32.456,13)	(32.456,13)
Saldos em 31/12/2022	36.195.573,26	(1.888.409,09)	13.704.882,15	60.567,81	500.851,11	48.573.465,24

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2023	36.195.573,26	(1.888.409,09)	13.704.882,15	60.567,81	500.851,11	48.573.465,24
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Distribuição de sobras para associados	493.176,09	0,00	0,00	0,00	(500.851,11)	(7.675,02)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	5.761.500,48	(371.133,30)	0,00	0,00	0,00	5.390.367,18
Por Devolução (-)	(5.036.738,53)	0,00	0,00	0,00	0,00	(5.036.738,53)
Estorno de Capital	(2.754,10)	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.754,10)
Reversão/Realização de Reservas	0,00	0,00	0,00	(60.567,81)	60.567,81	0,00
Reversão/Realização de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	312.000,15	312.000,15
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	3.203.327,83	3.203.327,83
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.791.923,73)	(1.791.923,73)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.754.078,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.754.078,96
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	846.625,84	0,00	(846.625,84)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(70.552,15)	(70.552,15)
FATES - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(361,04)	(361,04)
Saldos em 31/12/2023	39.164.836,16	(2.259.542,39)	14.551.507,99	0,00	866.433,03	52.323.234,79

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2023	38.460.381,50	(2.084.188,67)	13.704.882,15	60.567,81	(1.241.210,39)	48.900.432,40
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.435.524,58	(175.353,72)	0,00	0,00	0,00	1.260.170,86
Por Devolução (-)	(2.484.998,88)	0,00	0,00	0,00	0,00	(2.484.998,88)
Estorno de Capital	(150,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(150,00)
Reversão/Realização de Reservas	0,00	0,00	0,00	(60.567,81)	60.567,81	0,00
Reversão/Realização de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	312.000,15	312.000,15
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	4.444.538,22	4.444.538,22
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.791.923,73)	(1.791.923,73)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.754.078,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.754.078,96
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	846.625,84	0,00	(846.625,84)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(70.552,15)	(70.552,15)
FATES - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(361,04)	(361,04)
Saldos em 31/12/2023	39.164.836,16	(2.259.542,39)	14.551.507,99	0,00	866.433,03	52.323.234,79

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXAS

DESCRIÇÃO	2 ° Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	4.398.176,43	3.203.327,83	1.869.522,68
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo	(3.739.284,09)	(3.739.284,09)	(3.039.697,28)
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo	-	(19.417,39)	(1.996.936,81)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	2.250.897,94	4.887.152,82	5.525.740,97
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	123.875,57	219.302,66	14.436,12
Provisões/Reversões para Contingências	-	(96.186,78)	23.150,62
Atualização de Depósitos em Garantia	(349,57)	(349,57)	-
Depreciações e Amortizações	271.317,65	601.437,78	793.562,60
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	3.304.633,93	5.055.983,26	3.189.778,90
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Operações de Crédito	4.623.608,04	6.759.839,72	719.003,95
Outros Ativos Financeiros	(467.672,92)	(882.819,43)	(1.071.059,94)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(11.318,13)	(57.330,30)	(8.517,56)
Outros Ativos	389.087,23	365.455,24	(436.123,92)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXAS

DESCRIÇÃO	2 ° Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos à Vista	(1.140.388,16)	(1.927.533,02)	(2.828.876,68)
Depósitos sob Aviso	1.703,58	(12.569,67)	4.603,08
Depósitos a Prazo	(879.052,55)	12.250.500,05	1.056.220,78
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	789.001,55	789.001,55	-
Relações Interfinanceiras	(642.813,17)	(1.330.370,06)	1.651.561,06
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(3.825.610,18)	(8.274.025,81)	(1.383.634,76)
Outros Passivos Financeiros	(79.401,68)	12.759,76	(33.202,97)
Provisões	-	-	(53.254,70)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	(1.846,48)	(62.014,79)	27.322,56
Outros Passivos	(2.253.878,54)	(4.556.410,60)	868.958,75
FATES - Atos Cooperativos	(70.552,15)	(70.552,15)	(32.456,13)
FATES - Atos Não Cooperativos	(361,04)	(361,04)	-
Outras Destinações	-	-	(443.453,36)
Reversão/Realização de Fundos	312.000,15	312.000,15	273.658,18
Imposto de Renda Pago	-	-	(73.509,24)
Contribuição Social Pago	-	(8.093,17)	(46.214,83)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	47.139,48	8.363.459,69	1.380.803,17
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Sobras da Central Recebidos - Invest. Aval. Custo	-	19.417,39	1.996.936,81
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo	3.739.284,09	3.739.284,09	3.039.697,28
Aquisição de Intangível	(18.400,00)	(18.400,00)	(14.477,00)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(175.701,12)	(334.206,17)	32.738,94
Aquisição de Investimentos	(3.739.284,09)	(3.758.701,48)	(5.801.194,31)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(194.101,12)	(352.606,17)	(746.298,28)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.260.170,86	5.390.367,18	2.891.278,19
Devolução de Capital à Cooperados	(2.484.998,88)	(5.036.738,53)	(5.505.052,04)
Estorno de Capital	(150,00)	(2.754,10)	(2.050,09)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago	-	(7.675,02)	(11.634,20)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	1.754.078,96	1.754.078,96	1.074.424,83
Outros Eventos/Reservas	-	-	50.952,83
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	529.100,94	2.097.278,49	(1.502.080,48)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	382.139,30	10.108.132,01	(867.575,59)
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	47.239.554,30	37.513.561,59	38.381.137,18
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	47.621.693,60	47.621.693,60	37.513.561,59
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	382.139,30	10.108.132,01	(867.575,59)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

19

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CREDIEMBRAPA LTDA**, doravante denominado **SICOOB (CREDIEMBRAPA)**, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em **24/07/1996**, filiada à **CCC DE GOIAS, DISTRITO FEDERAL E TOCANTINS LTDA – SICOOB NOVA CENTRAL** e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB (CREDIEMBRAPA), sediado à **SRTV QUADRA 701 CONJUNTO E, N° 202, ASA SUL, BRASÍLIA - DF**, possui: 3 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: BRASÍLIA - DF, ALEXÂNIA - GO, e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB (CREDIEMBRAPA) tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.747/2019, Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.924/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em **05/02/2024**.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, a **Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022:** a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não foram identificadas perda provável, a reversão da provisão foi efetivada no primeiro semestre de 2023.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Este normativo entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

i) **Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022:** trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;

ii) **Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022:** define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e

iii) **Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023:** define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.;

iv) Instrução Normativa BCB nº 426 de 1/12/2023: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A seguir o resumo dos Planos de Implementação das entidades integrantes do Sicoob impactadas pela norma:

- **Fase 1 - Avaliação (2022):** Englobou atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;
- **Fase 2 - Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.
- **Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.
- **Fase 4 – Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;
- **Fase 5 – Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

- **Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021.

Durante a execução da Fase 1, dos planos de implantação, foram mapeados os seguintes principais impactos que foram considerados na definição das atividades que serão executadas nas demais fases da implantação:

- **Requerimentos de classificação:** determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais (teste de SPPJ).
- **Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais:** reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de origem.
- **Mensuração subsequente:** novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.
- **Reconhecimento e mensuração do produto câmbio:** deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa, mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.
- **Perdas esperadas:** a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.
- **Disposições transitórias:** serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Resolução CMN 4966/2021 e da Resolução 352/2023, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 1º/1/2025.

Durante a execução da Fase 2 - Desenho (2023): foram discutidos os cenários de soluções e arquitetura sistêmica com mudanças em processos de integrações, estando em andamento a revisão final das especificações para alterações dentro dos sistemas legados e construções de motores para cálculos.

Em complemento, a Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023, altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições

e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira é composta pelas Participações de Cooperativas, Títulos e Valores Mobiliários e Cédula de Produto Rural.

As Participações de Cooperativas são registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado. **(se aplicável)**

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC).

É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira, podem ser:

- 1) CPR física: o produtor vende antecipadamente parte de sua produção;
- 2) CPR financeira: o produtor antecipa recurso e se compromete a resgatar financeiramente.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos spreads de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação.

e) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das

operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não

cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

m) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata die”.

o) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

q) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos

forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

r) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não Associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob. O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

s) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

u) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

w) Instrumentos Financeiros

O SICOOB (CREDIEMBRAPE) opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	1.006.114,92	1.500.751,40
Relações interfinanceiras - Centralização Financeira (a)	46.615.578,68	36.012.810,19
Total	47.621.693,60	37.513.561,59

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB NOVA CENTRAL como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e de 2022, registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos da Centralização Financeira	2.875.376,04	5.663.003,59	4.111.087,17

5. Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Participação Em Cooperativa Central De Crédito	-	32.422.302,22	-	28.663.600,74
TOTAL (a)	-	32.422.302,22	-	28.663.600,74

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa	-	5.340,87	-
TOTAL	-	5.340,87	-

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	38.749.539,76	92.953.611,29	131.703.151,05	41.310.867,08	103.591.081,77	144.901.948,85
Financiamentos	550.339,58	732.129,63	1.282.469,21	539.333,28	960.705,28	1.500.038,56
Total de Operações de Crédito	39.299.879,34	93.685.740,92	132.985.620,26	41.850.200,36	104.551.787,05	146.401.987,41
(-) Provisões para Operações de Crédito	(3.600.317,38)	(6.816.010,63)	(10.416.328,01)	(4.510.401,59)	(8.242.721,35)	(12.753.122,94)
Total	35.699.561,96	86.869.730,29	122.569.292,25	37.339.798,77	96.309.065,70	133.648.864,47

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

NÍVEL/PERCENTUAL DE RISCO/SITUAÇÃO	Empréstimo/ TD	Financiamentos	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022		
							AA	-
A	0,5%	Normal	36.794.581,95	159.281,10	36.953.863,05	(184.769,32)	38.542.266,52	(192.711,33)
B	1%	Normal	33.883.710,74	520.270,93	34.403.981,67	(344.039,82)	37.357.063,06	(373.570,63)
B	1%	Vencidas	241.264,93	0,00	241.264,93	(2.412,65)	691.855,91	(6.918,56)
C	3%	Normal	23.821.384,87	354.287,67	24.175.672,54	(725.270,18)	24.280.749,24	(728.422,48)
C	3%	Vencidas	513.992,65	0,00	513.992,65	(15.419,78)	1.108.175,43	(33.245,26)
D	10%	Normal	8.675.961,11	190.774,54	8.866.735,65	(886.673,56)	11.038.753,90	(1.103.875,39)
D	10%	Vencidas	890.210,43	0,00	890.210,43	(89.021,04)	1.690.664,29	(169.066,43)
E	30%	Normal	2.136.367,92	56.659,26	2.193.027,18	(657.908,15)	1.610.045,23	(483.013,57)
E	30%	Vencidas	746.608,77	0,00	746.608,77	(223.982,63)	1.440.818,75	(432.245,63)
F	50%	Normal	1.261.597,48	1.195,71	1.262.793,19	(631.396,60)	1.272.626,51	(636.313,26)
F	50%	Vencidas	1.878.505,90	0,00	1.878.505,90	(939.252,95)	1.710.191,13	(855.095,57)
G	70%	Normal	291.661,93	0,00	291.661,93	(204.164,81)	251.983,84	(176.390,16)
G	70%	Vencidas	865.633,36	0,00	865.633,36	(605.943,35)	873.660,60	(611.562,42)
H	100%	Normal	2.775.047,52	0,00	2.775.047,52	(2.775.047,52)	2.898.022,24	(2.898.022,24)
H	100%	Vencidas	2.131.025,65	0,00	2.131.025,65	(2.131.025,65)	4.052.670,01	(4.052.670,01)
Total Normal			124.435.909,36	1.282.469,21	125.718.378,57	(6.409.269,96)	134.833.951,29	(6.592.319,06)
Total Vencidos			7.267.241,69	0,00	7.267.241,69	(4.007.058,05)	11.568.036,12	(6.160.803,88)
Total Geral			131.703.151,05	1.282.469,21	132.985.620,26	(10.416.328,01)	146.401.987,41	(12.753.122,94)
Provisões			(10.363.027,19)	(53.300,82)	(10.416.328,01)		(12.753.122,94)	
Total Líquido			121.340.123,86	1.229.168,39	122.569.292,25		133.648.864,47	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Títulos Descontados	14.081.571,43	24.667.968,33	92.953.611,29	131.703.151,05	144.901.948,85
Financiamentos	186.939,15	363.400,43	732.129,63	1.282.469,21	1.500.038,56
Total	14.268.510,58	25.031.368,76	93.685.740,92	132.985.620,26	146.401.987,41

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2023	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	27.432.143,18	867.710,38	28.299.853,56	21,28%
Pessoa Física	104.271.007,87	414.758,83	104.685.766,70	78,72%
Total	131.703.151,05	1.282.469,21	132.985.620,26	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	12.753.122,94	14.596.533,57
Constituições/ Reversões no período	4.322.067,92	4.464.263,12
Transferência para prejuízo no período	(6.658.862,85)	(6.307.673,75)
Total	10.416.328,01	12.753.122,94

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% da Carteira
Maior Devedor	2.072.367,68	1,55%	2.218.058,85	1,51%
10 Maiores Devedores	8.728.706,99	6,52%	12.043.458,03	8,18%
50 Maiores Devedores	25.115.887,38	18,81%	29.565.011,27	20,07%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	24.687.575,05	19.179.983,69
Valor das operações transferidas no período	7.653.098,27	6.879.683,39
Valor das operações recuperadas no período	(1.062.167,54)	(893.687,01)
Valor das operações renegociadas no período	(133.683,29)	(162.901,95)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(1.122.606,83)	(315.503,07)
Total	30.022.215,66	24.687.575,05

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

7. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2023			31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	642.546,59	0,00	642.546,59	976.510,43	0,00
Rendas a Receber (b)	712.359,73	0,00	712.359,73	526.868,46	0,00
Títulos e Créditos a Receber (c)	53.967,55	0,00	53.967,55	54.468,79	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	-	36.510,70	36.510,70	-	0,00
TOTAL (a)	1.408.873,87	36.510,70	1.445.384,57	1.557.847,68	0,00

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Rendas de Convênios	4.996,53	-	5.503,10	-
Rendas de Cartões	263.477,96	-	163.222,07	-
Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central	416.320,56	-	345.040,74	-
Rendas de Domicílio Bancário	18.030,09	-	-	-
Rendas de Poupança	3.867,31	-	3.808,36	-
Rendas de Transações Interfinanceiras	5.667,28	-	9.294,19	-
TOTAL (a)	712.359,73	-	526.868,46	-

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 49.536,10); e Valores A Receber - Aluguel Sipag 2.0 (R\$ 4.431,45);

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Interposição de Recursos Trabalhistas	-	24.592,76	-	-
Outros Devedores por Depósitos em Garantia	-	11.917,94	-	-
TOTAL	-	36.510,70	-	-

7.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(420.087,92)	-	-	-
TOTAL	(420.087,92)	-	(848.299,71)	-

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022
E	30%	NORMAL	101.400,72	101.400,72	(30.420,22)	-	-
E	30%	VENCIDAS	126.275,95	126.275,95	(37.882,79)	95.858,40	(28.757,56)
F	50%	NORMAL	9.162,19	9.162,19	(4.581,13)	-	-
F	50%	VENCIDAS	70.772,61	70.772,61	(35.386,31)	40.133,61	(20.066,81)
G	100%	VENCIDAS	77.058,83	77.058,83	(53.941,18)	136.810,28	(95.767,20)
H	100%	VENCIDAS	257.876,29	257.876,29	(257.876,29)	703.708,14	(703.708,14)
Total Normal			110.562,91	110.562,91	(35.001,35)	-	-
Total Vencidos			531.983,68	531.983,68	(385.086,57)	976.510,43	(848.299,71)
Total Geral			642.546,59	642.546,59	(420.087,92)	976.510,43	(848.299,71)
Provisões			(420.087,92)	(420.087,92)		(848.299,71)	
Total Líquido			222.458,67	222.458,67		128.210,72	

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	69.936,82	0,00	12.606,52	0,00
TOTAL (a)	69.936,82	0,00	12.606,52	0,00

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.842/2020, os saldos de ativos fiscais, correntes e diferidos de maior relevância tiveram origem nos seguintes processos: Saldo Negativo De IRPJ – Exercícios Anteriores (R\$ 35.974,23); Saldo Negativo De CSLL – Exercícios Anteriores (R\$ 22.604,35) e Outros Impostos E Contribuições a Compensar (R\$ 11.358,24).

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	10.763,40	0,00	36.303,80	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	2.038,12	0,00	225.539,18	0,00
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	5.790,90	0,00	144.265,00	0,00
Devedores Diversos – País (a)	79.549,71	0,00	115.182,22	0,00
Material em Estoque	51.280,05	0,00	74.938,37	0,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	0,00	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00
Despesas Antecipadas (c)	145.409,03	0,00	64.057,88	0,00
TOTAL	294.831,21	1.600.000,00	660.286,45	1.600.000,00
TOTAL	1.894.831,21		2.260.286,45	

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pendências a Regularizar	49.906,36	0,00	90.854,63	0,00
Plano de Saúde a Receber	-	0,00	80.069,28	0,00
Proagro - Adicional	-	0,00	4.486,53	0,00
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	1.502,73	0,00	13.638,96	0,00
Estoque de Pontos	126,05	0,00	0,00	0,00
Descontos em Folha	65,29	0,00	14.169,62	0,00
Pendências Avais	19.059,99	0,00	(33.343,96)	0,00
Outros Devedores Diversos	8.889,29	0,00	(54.692,84)	0,00
TOTAL	79.549,71	0,00	115.182,22	0,00

b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

10. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2023	31/12/2022
Edificações	4%	5.030.560,00	5.030.560,00
Instalações	10%	1.657.198,89	352.452,01
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.464.847,35	1.302.407,27
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.127.171,86	1.021.002,75
Sistema de Segurança	10%	294.986,61	304.431,77
Sistema de Transporte	20%	60.497,08	60.497,08
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		266.077,15	1.533.413,78
Total de Imobilizado de Uso		9.901.338,94	9.604.764,66
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.442.816,99)	(1.241.594,51)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.336.395,37)	(212.542,34)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(2.011.752,38)	(1.834.595,25)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(60.497,08)	(60.497,08)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(230.886,34)	(1.174.864,50)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(5.082.348,16)	(4.524.093,68)
TOTAL		4.818.990,78	5.080.670,98

11. Intangível

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2023	31/12/2022
Sistemas De Processamento De Dados	20%	170.350,58	151.950,58
Licenças E Direitos Autorais E De Uso		24.240,00	24.240,00
Intangível		194.590,58	176.190,58
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(176.916,35)	(171.364,94)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(176.916,35)	(171.364,94)
TOTAL		17.674,23	4.825,64

12. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	23.664.363,00	0,00	25.591.896,02	0,00
Depósito Sob Aviso (b)	29.407,23	0,00	41.976,90	0,00
Depósito a Prazo (b)	95.622.529,40	9.254.173,64	90.753.452,12	1.872.750,87
TOTAL	119.316.299,63	9.254.173,64	116.387.325,04	1.872.750,87

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% da Carteira
Maior Depositante	9.966.001,84	7,94%	9.009.973,52	7,79%
10 Maiores Depositantes	34.587.216,25	27,57%	27.411.441,99	23,71%
50 Maiores Depositantes	64.229.469,73	51,18%	56.008.179,69	48,44%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(1.703,58)	(4.216,62)	(4.603,08)
Despesas de Depósitos a Prazo	(6.419.113,76)	(13.106.112,97)	(10.764.882,57)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(13.307,55)	(13.307,55)	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(97.227,53)	(191.367,54)	(176.137,95)
TOTAL	(6.531.352,42)	(13.315.004,68)	(10.945.623,60)

13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostas:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	789.001,55	0,00	0,00	0,00
TOTAL	789.001,55	0,00	0,00	0,00

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 12(d) - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

14. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

a) Repasses Interfinanceiros:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Banco Sicoob Recursos Livres	321.191,00	0,00	44.526,85	1.607.034,21
TOTAL	321.191,00	0,00	44.526,85	1.607.034,21

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 8% ao ano, com vencimento até 25/03/2024.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	3.735.726,78	19.485.184,23	27.401.641,38	0,00
Banco Sicoob	0,00	0,00	4.093.295,44	0,00
TOTAL	3.735.726,78	19.485.184,23	31.494.936,82	0,00

As operações com Recursos da Central correspondem a uma taxa média de 101% do CDI, com vencimento até 22/10/2026.

c) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Banco Sicoob	(27.855,05)	(309.169,12)	(1.482.534,54)
Cooperativa Central	(1.418.244,98)	(3.085.707,58)	(2.279.057,55)
TOTAL	(1.446.100,03)	(3.394.876,70)	(3.761.592,09)

15. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estavam assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	24.348,40	0,00	4.388,29	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	29.176,58	0,00	32.393,03	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (c)	19.078,26	0,00	23.062,16	0,00
TOTAL	72.603,24	0,00	59.843,48	0,00

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Convênio de Energia Elétrica e Gás	0,00	0,00	4.329,41	0,00
Convênio Saneamento	0,00	0,00	1.971,59	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	4.337,08	0,00
Cobrança de Terceiros em Trânsito	24.155,14	0,00	4.358,29	0,00
Outros Recursos em Trânsito de Terceiros	193,26	0,00	(10.608,08)	0,00
TOTAL	24.348,40	0,00	4.388,29	0,00

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados estão registrados:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Operações de Crédito - IOF	19.045,13	0,00	22.669,07	0,00
Federais	0,00	0,00	218.149,31	0,00
Estaduais	0,00	0,00	14.141,81	0,00
Municipais	0,00	0,00	194,67	0,00
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	33,13	0,00	(232.092,70)	0,00
TOTAL	19.078,26	0,00	23.062,16	0,00

16. Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de provisões estava assim composto:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	632.033,91	16.572,29	415.291,22	14.012,32
Provisão Para Contingências (b)	0,00	4.948,39	0,03	101.135,14
TOTAL	632.033,91	21.520,68	415.291,25	115.147,46

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Coobrigações Prestadas	15.606.084,79	13.102.421,49
TOTAL	15.606.084,79	13.102.421,49

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	0,00	24.592,76	0,00	0,00
Outras Contingências	4.948,39	11.917,94	101.135,17	0,00
TOTAL	4.948,39	36.510,70	101.135,17	0,00

b.1) Movimentação das Provisões para Contingências

Descrição	Cível
Saldo em 31 de dezembro de 2021	0,00
Constituição da provisão	101.135,17
Saldo em 31 de dezembro de 2022	101.135,17
Constituição da provisão	4.948,39
Reversão da provisão	(101.135,17)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.948,39

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB (CREDIEMBRAPA), não existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo classificados com risco de perda possível em 2023 (em 2022 R\$ 770.451,16). Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

17. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	0,00	0,00	8.093,17	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	14.793,42	0,00	13.735,21	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	213.968,99	0,00	257.158,64	0,00
Outros	20.921,68	0,00	40.805,03	0,00
TOTAL	249.684,09	0,00	319.792,05	0,00

(a) A seguir, a composição do saldo de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRRF sobre aplicações financeiras	10.841,42	0,00	32.094,52	0,00
ISSQN a recolher	1.563,67	0,00	3.789,95	0,00
PIS faturamento a recolher	183,08	0,00	470,03	0,00
COFINS a recolher	1.131,05	0,00	2.927,21	0,00
IRRF sobre juros ao capital	7.202,46	0,00	1.523,32	0,00
TOTAL	20.921,68	0,00	40.805,03	0,00

18. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	2.526.661,26	0,00	5.066.148,31	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	29.566,37	0,00	36.043,70	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	776.582,41	0,00	865.032,64	0,00
Credores Diversos – País (d)	906.554,18	0,00	1.036.626,44	0,00
TOTAL	4.239.364,22	0,00	7.003.851,09	0,00

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	2.111.689,04	0,00	4.410.089,13	0,00
Fundos Voluntários	0,00	0,00	300.940,56	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	414.972,22	0,00	355.118,62	0,00
TOTAL	2.526.661,26	0,00	5.066.148,31	0,00

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de Fates para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Despesas de Pessoal	598.804,70	0,00	641.988,85	0,00
Custos de Transações Interfinanceiras	3.829,04	0,00	7.403,11	0,00
Seguro Prestamista	-	0,00	996,79	0,00
Despesas com Cartões	103.533,08	0,00	41.943,27	0,00
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	8.652,26	0,00	0,00	0,00
Segurança e Vigilância	0,00	0,00	6.839,21	0,00
Manutenção e Conservação de Bens	19.059,99	0,00	11.628,15	0,00
Transporte	0,00	0,00	3.265,23	0,00
Seguro	458,23	0,00	12.278,69	0,00
Compensação	31.618,22	0,00	3.161,72	0,00
Aluguéis	0,00	0,00	777,13	0,00
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	10.448,33	0,00	134.750,49	0,00
TOTAL	776.582,41	0,00	865.032,64	0,00

(d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

DESCRIÇÃO	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	2.145,01	0,00	1.495,55	0,00
Valores a Repassar à Cooperativa Central	150.173,68	0,00	129.749,84	0,00
SalDOS Credores - Encerramento C/C	133.086,20	0,00	142.532,94	0,00
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	33.818,30	0,00	57.396,30	0,00
Diferença de Caixa	152,00	0,00	2.241,16	0,00
Créditos de Terceiros	14.962,13	0,00	11.468,41	0,00
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	337,49	0,00	0,00	0,00
Pendências a Regularizar	34.646,80	0,00	270.966,14	0,00
Valores a Liquidar Consignado	76.221,92	0,00	0,00	0,00
Desconto Folha Pgto - Crédito Consignado	1.350,07	0,00	(30.448,68)	0,00
Créditos de terceir. Ativos não finan. mant. p/venda	0,00	0,00	9.948,59	0,00
Outros Credores Diversos - País	459.660,58	0,00	441.276,19	0,00
TOTAL	906.554,18	0,00	777,13	0,00

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	36.905.293,77	34.307.164,17
Associados	10.993	11.426

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

b.1) Fundo Voluntário

Conforme resolução 4.872/2020 são destinados aos Fundos Voluntários os recursos que representem obrigações e que sejam destinados a fins específicos, constituídos com as sobras líquidas apuradas no encerramento do exercício social das cooperativas de crédito em Assembleia Geral.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2023 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da seguinte forma: 100% para Conta Capital no valor de R\$ 500.851,11.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Sobras/Perdas do exercício	1.411.404,10	649.122,64
(-) Lucro decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	(361,03)	-
Base de cálculo das destinações	1.411.043,07	649.122,64
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (a)	(846.625,84)	(389.473,58)
(-) Destinação para o FATES - atos cooperativos (b)	(70.552,15)	(32.456,13)
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (a)	60.567,81	0,00
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	312.000,15	273.658,18
Sobra à disposição da Assembleia Geral	866.433,04	500.851,11

a) 60% para o Fundo de Reserva, sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao fundo de reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

b) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sobre a sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 40% da taxa Selic para o exercício de 2023, no montante de R\$ 1.791.923,73 e em 2022, no montante de R\$ 1.092.582,80. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic. Selic.

20. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	603.610,15	962.221,67
Despesas específicas de atos não cooperativos	(179.561,85)	(251.461,52)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(183.772,45)	(458.049,43)
Resultado operacional	240.275,85	252.710,72
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	78.020,30	(11.432,08)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	318.296,15	241.278,64
IRPJ/CSLL	-	(127.817,24)
Deduções - Res. Sicoob 129/16 e 145/16	(317.935,11)	(353.612,93)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	361,04	(240.151,53)

21. Receitas de Operações de Crédito

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	23.567,97	50.249,14	53.856,18
Rendas de Empréstimos	13.140.697,93	26.287.659,67	25.724.739,20
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	77.195,54	132.825,22	112.644,04
Rendas de Financiamentos	119.881,21	219.554,76	252.079,46
Rendas de Financiamentos Rurais Recursos Direcionados de LCA	-	-	139,68
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	639.842,18	1.179.323,58	1.056.388,94
(-) Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-	-	(2.000,00)
Rendas de Financiamentos	14.001.184,83	27.869.612,37	29.604.596,23

22. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas De Captação	(6.531.352,42)	(13.315.004,68)	(10.945.623,60)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(1.446.100,03)	(3.394.876,70)	(3.761.592,09)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(2.250.897,94)	(4.887.152,82)	(5.525.740,97)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	2.324.649,38	4.320.023,29	5.420.383,04
Reversões de Provisões para Outros Créditos	27.707,19	73.791,87	43.564,78
Provisões para Operações de Crédito	(4.238.407,57)	(8.639.755,79)	(9.884.646,16)
Provisões para Outros Créditos	(364.846,94)	(641.212,19)	(1.105.042,63)
TOTAL	(11.763.033,82)	(21.597.034,20)	(20.232.956,66)

23. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Cobrança	145.456,61	313.709,32	458.242,96
Rendas por Serviços de Pagamento	797.620,57	1.125.246,03	0,00
Rendas de Convênios	21.299,75	45.567,08	51.637,05
Rendas de Comissão	134.262,34	334.031,65	437.164,80
Rendas de Credenciamento	0,00	1.220,44	952,70
Rendas de Cartões	201.097,98	498.827,28	782.845,81
Rendas de Outros Serviços	49.179,43	97.634,70	141.075,41
Rendas de Outros Serviços	18.920,78	24.394,56	0,00
TOTAL	1.367.837,46	2.440.631,06	1.871.918,73

24. Rendas de Tarifas

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	38.635,50	79.483,30	88.935,52
Rendas de Serviços Prioritários - PF	82.348,50	172.155,40	216.441,20
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	16,00	461,00	125,50
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	175.395,40	402.507,79	436.089,58
TOTAL	296.395,40	654.607,49	741.591,80

25. Dispêndios e Despesas de Pessoal

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	-	-	(108.080,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(644.078,58)	(1.302.936,61)	(1.517.280,01)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(956.463,51)	(1.906.596,64)	(1.832.447,12)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(697.563,04)	(1.408.975,23)	(1.681.433,82)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.901.693,68)	(4.003.846,04)	(4.317.753,91)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(94.841,06)	(172.715,09)	(33.648,00)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(1.731,15)	(5.158,35)	(1.510,72)
TOTAL	(4.943.144,85)	(8.800.227,96)	(9.492.153,58)

26. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(15.729,85)	(46.725,80)	(99.819,96)
Despesas de Aluguéis	(86.300,52)	(207.686,84)	(512.246,93)
Despesas de Comunicações	(107.650,52)	(222.954,18)	(247.522,76)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(139.368,38)	(257.494,29)	(237.518,28)
Despesas de Material	(8.502,82)	(20.871,90)	(12.470,77)
Despesas de Processamento de Dados	(378.836,46)	(779.661,51)	(819.845,31)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(42.193,20)	(219.385,60)	(17.355,46)
Despesas de Propaganda e Publicidade	0,00	(9.831,81)	0,00
Despesas de Publicações	0,00	(450,00)	(1.510,00)
Despesas de Seguros	(40.417,93)	(78.204,90)	(77.672,65)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(395.743,58)	(1.073.756,02)	(1.400.473,59)
Despesas de Serviços de Terceiros	(134.898,08)	(216.947,65)	(679.844,35)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(52.900,71)	(113.467,17)	(152.354,32)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(94.470,05)	(218.729,93)	(220.379,10)
Despesas de Transporte	(40.171,09)	(55.974,09)	(80.891,69)
Despesas de Viagem no País	(207,08)	(782,18)	(5.470,64)
Despesas de Depreciação/Amortização	(271.317,65)	(601.437,78)	(793.562,60)
Outras Despesas Administrativas (a)	(991.573,37)	(2.150.904,12)	(2.130.426,36)
TOTAL	(120.511,78)	(6.275.265,77)	(7.489.364,77)

a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Condomínio	(3.228,26)	(5.547,02)	(40.288,58)
Emolumentos judiciais e cartorários	(65.017,80)	(214.449,30)	(174.042,66)
Copa/cozinha	(3.379,49)	(6.025,36)	(5.103,21)
Lanches e refeições	(4.080,30)	(14.005,44)	(4.102,72)
Uniformes e vestuários	0,00	0,00	(530,00)
Contribuição a OCE	(3.420,24)	(6.840,48)	(6.457,56)
Taxas da junta comercial	0,00	(618,14)	(1.506,00)
Impostos e taxas	0,00	(702,08)	(4.106,25)
Sistema cooperativista	(43.855,81)	(87.711,61)	(88.090,25)
Mensalidades diversas	0,00	0,00	(3.653,02)
Rateio de despesas da Central	(667.564,69)	(1.446.063,73)	(1.447.770,60)
Materiais de limpeza	0,00	0,00	(7.190,95)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(71.675,97)	(149.902,59)	(183.236,84)
Contribuição confederativa	0,00	(24.486,83)	(23.348,81)
Desp. Centro de serv. Compart. - CCS	(49.380,72)	(49.684,10)	(154,00)
Outras despesas indedutíveis	(35,40)	(428,34)	0,00
Outras despesas administrativas	(79.934,69)	(144.439,10)	(140.844,91)
TOTAL	(991.573,37)	(2.150.904,12)	(2.130.426,36)

27. Dispendios e Despesas Tributárias

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Tributárias	(19.697,68)	(34.705,23)	(37.959,77)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(10.651,42)	(30.279,90)	(48.035,63)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(3.859,00)	(7.267,22)	(38.488,87)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(19.448,32)	(38.563,05)	(49.175,80)
TOTAL	(53.656,42)	(110.815,40)	(173.660,07)

28. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	36.631,89	148.930,85	153.485,96
Distribuição de sobras da central	0,00	19.417,39	1.996.936,81
Atualização depósitos judiciais	349,57	349,57	0,00
Outras rendas operacionais	6.205,20	10.798,66	2.317,99
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	690.029,29	1.316.290,82	1.263.227,86
Juros ao Capital Recebidos da Central	3.739.284,09	3.739.284,09	3.039.697,28
TOTAL	4.472.500,04	5.235.071,38	6.455.665,90

29. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(147,18)	(147,18)	0,00
Outras Despesas Operacionais	(324.157,07)	(690.191,67)	(623.877,63)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(605.796,86)	(880.510,63)	0,00
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(51.510,10)	(104.833,70)	(112.245,89)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(3.198,98)	(7.410,37)	(36.748,71)
Perdas - Fraudes Internas	0,00	0,00	(2.908,19)
Perdas - Fraudes Externas	(13.552,00)	(13.621,85)	(20.794,46)
Perdas - Demandas Trabalhistas	(105.161,39)	(105.161,39)	0,00
Perdas - Práticas Inadequadas	(5.195,84)	(21.107,50)	0,00
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	0,00	(2.416,42)	(1.182,35)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	0,00	(39,72)	(19,11)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(3.320,37)	(11.059,59)	(20.128,18)
Despesas Vinculadas aos Fundos Voluntários	0,00	0,00	(253.530,00)
TOTAL	(1.112.039,79)	(1.836.500,02)	(1.071.434,52)

30. Despesas com Provisões

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Provisões/Reversões para Contingências	0,00	96.186,78	(23.150,62)
Provisões para Custas Judiciais Cíveis/Trabalhistas	0,00	0,00	(53.254,70)
Provisões para Contingências	0,00	(4.948,39)	(101.135,17)
Reversões de Provisões para Contingências	0,00	101.135,17	131.239,25
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(123.875,57)	(219.302,66)	(14.436,12)
Provisões para Garantias Prestadas	(460.799,21)	(813.929,60)	(570.688,19)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	336.923,64	594.626,94	556.252,07
TOTAL	(123.875,57)	(123.115,88)	(37.586,74)

31. Outras Receitas e Despesas

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Lucros em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	0,00	76.138,72	0,00
Lucro em Transações com Outros Valores De Bens	2.350,47	2.945,08	28.578,07
Ganhos de Capital	652,37	2.482,20	787,94
(-) Prejuízos em Transações com Outros Valores De Bens	0,00	0,00	(87,00)
(-) Perdas de Capital	(751,50)	(751,50)	(30.853,59)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(2.794,20)	(2.794,20)	(9.857,50)
TOTAL	(542,86)	78.020,30	(11.432,08)

32. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

33. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

33.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas liberadas e de operações passivas captadas no exercício de 2023:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	30.854,77	0,0500%	2,00
TOTAL	30.854,77	0,0500%	2,00
Montante das Operações Passivas	14.244.719,25	20,3283%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2023	
Empréstimos e Financiamentos	0,0498%
Aplicações Financeiras	16,4422%

b) Montante total das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2023:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	24,83	0,12	0,0016%
Empréstimos	28.042,74	292,37	0,0217%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	217.507,60	0,9427%	0%
Depósitos a Prazo	14.729.279,26	14,0404%	0,9617%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	622,10	0,0788%	0,8505%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	1,3367%	22,7444%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	1,0032%	26,8687%
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	100,2978%	104,4526%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,9018%	36,9167%

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2023	31/12/2022
Beneficiários de Outras Coobrigações	270.381,27	138.726,66

e) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
INSS Diretoria/Conselheiros	(59.172,16)	(110.904,88)	(188.319,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(636.080,46)	(1.275.064,17)	(1.497.714,37)
F.G.T.S. Diretoria	(22.561,65)	(43.254,73)	(80.526,80)
Plano de Saúde	(7.998,12)	(27.872,44)	(19.565,64)

33.2 Cooperativa Central

O SICOOB (CREDIEMBAPA), em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB NOVA CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB NOVA CENTRAL, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB NOVA CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB (CREDIEMBRAPA) responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB NOVA CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB NOVA CENTRAL:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira - Nota 4	46.615.578,68	36.012.810,19
Ativo - Participações de Cooperativas - Nota 5	32.422.302,22	28.663.600,74
Total das Operações Ativas	79.037.880,90	64.676.410,93
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses - Nota 14(b)	23.220.911,01	27.401.641,38
Total de Operações Passivas	23.220.911,01	27.401.641,38

b) Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB NOVA CENTRAL:

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.875.376,04	5.663.003,59	4.111.087,17
Total das Receitas	2.875.376,04	5.663.003,59	4.111.087,17
Rateio de Despesas da Central	(667.564,69)	(1.446.063,73)	(1.447.770,60)
Total das Despesas	(667.564,69)	(1.446.063,73)	(1.447.770,60)

34. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	24 539 750,04	20 285 237,66
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	138 837 751,27	139 040 448,07
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	17,67	14,59
Imobilizado para cálculo do limite	4 818 990,78	5 080 670,98
Índice de imobilização (limite 50%) %	19,63	25,05

35. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A seguir apresentamos todos os benefícios efetuados pela Cooperativa aos empregados:

DESCRIÇÃO	2º SEM/23	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição Previdência Privada	(22.126,43)	(46.028,89)	(33.600,22)
Ajuda de custo	(16.450,00)	(34.220,00)	(42.600,00)
Assistência médica	(339.737,54)	(675.504,73)	(627.694,46)
Alimentação do trabalhador	(492.764,57)	(969.417,97)	(966.106,63)
Vale transporte	(48.542,59)	(99.110,59)	(35.314,12)
Auxílio creche/babá	(27.084,62)	(60.095,02)	(55.435,84)
Auxílio educação	(8.719,86)	(20.052,02)	(21.607,84)
Outras despesas de pessoal benefícios	(1.037,90)	(2.167,42)	(50.088,01)
TOTAL	(956.463,51)	(1.906.596,64)	(1.832.447,12)

36. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

36.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

36.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações

padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

36.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do

IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

36.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

36.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

36.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

36.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

36.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;

c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;

d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

37. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Silvia Regina Alves da Silva
Diretora-Presidente

Rosilene Pontes Lima
Diretora Administrativa-Financeira

Elaine Cristina Neto
Contadora
CRC/MG 082.177/ O-0

20

RELATÓRIO DA AUDITORIA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão CrediEmbrapa Ltda. – SICOOB - Brasília/DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa De Crédito De Livre Admissão Crediembrapa Ltda – Sicoob (Crediembrapa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob (Crediembrapa) em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parecer da Auditoria

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 07 de fevereiro de 2024.



Aldo Henrique Batista Rodrigues
Contador CRC DF-023897/O-2

21

Parecer do Conselho Fiscal

Parecer do conselho fiscal do Sicoob (CrediEmbrapa) sobre as demonstrações contábeis alusivas ao primeiro e segundo semestres de 2023.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão CrediEmbrapa Ltda. - Sicoob e de conformidade com as atribuições legais, conferidas pelo Estatuto Social e pelo Regimento Interno, procedemos a análise das Demonstrações Contábeis do exercício findo em 2023, compreendidas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, do Resultado Abrangente, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, e Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o período findo em 31 de dezembro de 2023; assinados pela Diretora Presidente Sílvia Regina Alves da Silva, pela Diretora Financeira e Administrativa Rosilene Pontes Lima e pela contadora do SICOOB NOVA CENTRAL Elaine Cristina Neto - CRC/MG.082.177/O-0, em 31/12/2023 e Parecer da Auditoria Independente, elaborado pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa-CNAC, emitido em 7 de fevereiro de 2024, assinado por Aldo Henrique Batista Rodrigues, Contador CRC-DF 023897/0-2, que emite opinião sobre a adequabilidade, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa. Este Conselho Fiscal, com base nestas afirmativas e em suas análises mensais efetuadas nos balancetes e Relatórios, e ainda, sopesando as limitações naturais decorrentes da estrutura e atribuições deste Confis, entende que os documentos acima citados refletem de forma adequada a situação da Cooperativa nas suas atividades realizadas no ano em análise. Assim, somos favoráveis e recomendamos a aprovação das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2023, pela Assembleia Geral Ordinária

Brasília/DF, 14 de fevereiro de 2024.



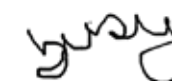
Waldir Marques Giusti
Conselheiro Suplente



Cleuber Oliveira
Conselheiro Titular



Luiz Antônio Teston
Conselheiro Titular



Susy Darlen B. da Penha
Coordenadora

CANAIS DE RELACIONAMENTO E LINKS UTÉIS

Agência Virtual:

Telefones: (61) 2107 4000 | 0800 724 4000

WhatsApp: (61) 9 9984 2551

E-mail: agenciavirtual@sicoobcrediembrapa.com.br

Site e Aplicativos:

Site: sicoob.com.br/web/sicoobcrediembrapa

Aplicativos: sicoob.com.br/web/sicoobcrediembrapa/canaisdigitais

Redes Sociais:

Instagram: [instagram.com/crediembrapa](https://www.instagram.com/crediembrapa)

Facebook: [facebook.com/SicoobCrediEmbrapa](https://www.facebook.com/SicoobCrediEmbrapa)

Twitter: twitter.com/crediembrapa

LinkedIn: [linkedin.com/company/sicoobcrediembrapa](https://www.linkedin.com/company/sicoobcrediembrapa)

Políticas e Segurança:

Políticas: sicoob.com.br/web/sicoobcrediembrapa/institucional

Segurança: sicoob.com.br/web/sicoobcrediembrapa/seguranca

Canal Anônimo de Denúncias: bit.ly/CanaldeDenunciaCrediembrapa

Ouvidoria: ouvidoria.sicoob.com.br

Central de Atendimento

Atendimento seg. a sex. de 8h às 18h
Telefones: (61) 2107 4000 | 0800 724 4000
WhatsApp: (61) 9 9984 2551

SAC 24h

0800 724 4420

Ouvidoria Sicoob

Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 725 0996
www.ouvidoriasicoob.com.br

Deficientes auditivos ou de fala

Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 940 0458



[crediembrapa](https://www.instagram.com/crediembrapa)



[sicoobcrediembrapa](https://www.linkedin.com/company/sicoobcrediembrapa)



[crediembrapa](https://twitter.com/crediembrapa)



[sicoobcrediembrapa](https://www.facebook.com/sicoobcrediembrapa)

sicoob.com.br/web/sicoobcrediembrapa/